

Produção agroecológica como potencial para o turismo rural: o caso de Campo Magro, Paraná, Brasil

Resumo:

Tendo em vista o surgimento do turismo rural na agricultura familiar como atividade complementar às práticas agrícolas, a pesquisa aborda a agroecologia como potencial para o turismo no município de Campo Magro, Paraná, Brasil. Uma vez detectado que os agricultores familiares, incluindo os agroecológicos, não estão efetivamente integrados ao turismo local, o objetivo do artigo é analisar como atuam as entidades associativas de turismo e de agroecologia (Associação de Turismo de Campo Magro e Grupos da Rede Ecovida) em relação ao associativismo e à inserção da agroecologia no turismo. A metodologia teve caráter qualitativo com pesquisa no referencial teórico e coleta de dados a campo com entrevistas junto aos produtores agroecológicos, empreendedores do turismo rural e gestores públicos. O artigo estrutura-se em duas etapas: a primeira de base conceitual, no qual são apresentados conceitos básicos entorno das temáticas trabalhadas. Num segundo momento, além de uma breve caracterização do município, foi apresentada a coleta de dados a campo e a discussão sobre os resultados da pesquisa. A discussão sobre as informações coletadas apontou que os agricultores agroecológicos estão organizados de forma associativa e possuem potencial para se integrarem ao turismo rural, porém tem dificuldade de integração com a associação de turismo por motivos apresentados ao longo da presente pesquisa.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Turismo rural. Agroecologia. Associativismo.

Introdução

A crescente especialização dos produtos e serviços oferecidos às pessoas em decorrência de um público mais informado e exigente sobre o que consome, tem gerado impactos em diferentes âmbitos da economia, inclusive no turismo. A massificação do turismo e o esgotamento

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

de modelos tradicionais gerou uma demanda por atividades individualizadas, pela sensação de liberdade, um sentimento de experimentação e a procura por destinos não massificados.

Além dessas tendências da demanda, tem-se uma nova concepção do turismo, como uma atividade impulsionadora do desenvolvimento local e regional, pautado nos conceitos de sustentabilidade. Neste sentido, o Turismo Rural vem sendo desenvolvido em diversos municípios do Brasil, assim como já surgiu de forma pioneira em países como França, Itália e Espanha. No Brasil, a atividade desenvolvida em áreas rurais com um enfoque social, cultural e ambiental está em processo de consolidação. Como exemplo, tem-se o projeto “Acolhida na Colônia” (GUZZATTI, 2010) implantado em Santa Catarina e projetos como as Caminhadas Internacionais na Natureza (PARANÁ, 2011). Ambos apresentam como proposta a valorização do modo de vida no campo seja por meio de atividades como caminhadas contemplativas ou por um turismo rural ecológico de base comunitária.

No Brasil, percebido o potencial do Turismo Rural como instrumento para desenvolver famílias rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou uma linha especial de crédito para fortalecer o turismo rural na agricultura familiar, o PRONAF. Além disso, incentivou que instituições, técnicos e representações de agricultores se articulassem em rede, por meio da Rede TRAF (Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar), no âmbito nacional. No estado do Paraná, no ano de 2006 foi implantado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual do Turismo, Ecoparaná e Emater/PR em convênio com o MDA, o projeto “Turismo Rural na Agricultura Familiar” o qual proveu um investimento de R\$ 300 mil até o final de 2006 (ECOPARANÁ, 2010).

Dentro deste contexto de crescimento do turismo rural no Estado do Paraná, optou-se por analisar a realidade de Campo Magro, município da Região Metropolitana de Curitiba, localizado a menos de doze quilômetros da capital, cuja economia se baseia na atividade agrícola (TELES, 2009, p. 02). Nele, foi desenvolvido desde 2002 um roteiro de turismo rural chamado Circuito de turismo rural Verde que te Quero Verde.

Está em atividade no município três grupos compostos por agricultores familiares estruturados em torno da agroecologia, sendo que 16 deles (EMATER, 2011) estão certificados pela Rede Ecovida¹, ou seja, atendem princípios mínimos relativos a técnicas de produção vegetal,

¹ A Rede Ecovida de Agroecologia é uma rede formada por núcleos regionais juntam com o interesse em uma proposta de certificação participativa de produtos orgânicos (REDE ECOVIDA, 2004, p.16). Defende o “produto ecológico, que corresponde ao de produto orgânico, porém traz embutido aspectos referentes à equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das economias locais, respeito aos ecossistemas, entre outros, que não se restringem aos aspectos técnico-productivos”, ou seja, não se restringem a simples troca do insumo químico, pelo insumo orgânico, desrespeitando todas as outras questões ecológicas.

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

animal e de processamento e princípios intrínsecos a Rede Ecovida e a Agroecologia no tocante à inclusão social, ao respeito ao meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis.

Sobre o município, sua política de ocupação do solo é restrita em função da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Verde e APA do Rio Passaúna e áreas de karst que ocupam grande parte da área urbana municipal, não permitindo a instalação de indústrias poluentes e aglomerados urbanos na maior parte do município. Percebe-se, portanto que o turismo rural surge como alternativa econômica e de grande potencial de desenvolvimento de atividades sustentáveis direcionados à agricultura familiar.

O objetivo do artigo é analisar como atuam as entidades associativas de turismo e de agroecologia, respectivamente, a Associação de Turismo de Campo Magro e os Grupos da Rede Ecovida, em relação ao associativismo e à inserção da agroecologia no turismo.

Apresenta-se nesse artigo alguns resultados de pesquisa qualitativa realizada com os produtores agroecológicos e empreendedores envolvidos com o turismo rural em Campo Magro nos anos 2010 e 2011. A fim de complementar as informações obtidas com os agricultores, houve entrevista com os órgãos oficiais municipais – Departamento de Turismo e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – para melhor compreender as relações entre os agricultores e as políticas públicas de incentivo. Realizou-se a priori uma pesquisa exploratória, assim como pesquisa documental (dados secundários) a respeito da temática em questão. Num segundo momento, foi realizada a coleta dos dados por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com sete agricultores familiares de produção agroecológica e os representantes do Departamento de Turismo e Secretaria de Agricultura.

As entrevistas tiveram como principal preocupação identificar as atividades produtivas dos agricultores entrevistados, suas dificuldades, as alternativas de geração de renda, suas concepções sobre o turismo e os grupos (associações, cooperativas, entre outros) dos quais fazem parte e o envolvimento com as ações governamentais de incentivo a agricultura familiar, agroecologia e turismo rural. O grupo dos entrevistados foi subdividido entre aqueles que trabalham atualmente o turismo em sua propriedade (01 agricultor), questionando qual seu público consumidor e como desenvolvem a atividade. Os agricultores que nunca se envolveram com a atividade turística (01 agricultor), questionando apenas se existem motivações em um dia fazê-lo. Por fim, o último subgrupo, daqueles agricultores que se envolveram em algum momento com o turismo, mas não o fazem no presente, questionando o porquê de terem se afastado da atividade turística (05 agricultores). As entrevistas permitiram identificar algumas variâncias nas opiniões dos indivíduos dos diferentes grupos.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

1 Agroecologia integrada ao turismo rural: um potencial para o desenvolvimento local

As atividades turísticas no meio rural são conhecidas na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1950 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 15). Como evento pontual do surgimento na Europa, tem-se na França em 1971 a primeira associação do gênero “*Tourisme en Espace Rural*” (GROLLEAU E RAMUS, 1986, apud JOAQUIM, 2001, p. 36). Logo em seguida a esse acontecimento, teve-se a publicação do manifesto de turismo em espaço rural, o qual vem caracterizar a atividade como “um instrumento de reanimação dos campos na ótica de complementaridade entre a agricultura, turismo e o artesanato, sublinhando que não deve contribuir para a colonização dos campos” (JOAQUIM, 2001, p. 35). O autor complementa ainda com alguns aspectos pioneiros nesse manifesto, como a expressão “*vacances verts*” que devem promover a cooperação de base local e a animação sustentada na autenticidade rural.

É consenso entre vários autores (ZIMMERMANN, 2001; RODRIGUES, 2001; PORTUGUEZ, 2002 e TULIK, 2010) que o turismo rural brasileiro teve início na década de 1980, nas fazendas de Lages. A primeira “catalogação” do Turismo Rural veio com o Manual Operacional de Turismo Rural, publicado em 1994 pela EMBRATUR. Sua publicação é consequência das muitas propriedades que surgiram no território brasileiro após a década de 1990, “distribuídas de forma pontual e particularizadas, conforme as características das áreas e do interesse dos proprietários mais atuantes” (TULIK, 2003, p. 73). Nesse sentido, houve a necessidade de ordenar a atividade e elaborar diretrizes num âmbito nacional. Posteriormente foi criado o Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo Rural, integrado a Política Nacional de Turismo, de 1996-1999, permitindo um rápido crescimento em diversas áreas rurais dos estados do Brasil (SIRGADO, 2001, p. 79-80).

O turismo rural compôs a partir de 2010 um dos segmentos turísticos abordados pelo Ministério do Turismo (MTUR). Os segmentos determinados por esse ministério (2010) foram resultado do Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos, que compõe o Macroprograma de Regionalização do Turismo.

Segundo o MTUR o Turismo Rural é:

o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19).

Em conjunto com outras atividades não-agrícolas desenvolvidas pela família rural tornou-se uma alternativa de renda e desenvolvimento local, viabilizando a permanência do homem no

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

campo. A atividade pode assumir diferentes formas, tendo como característica em comum apenas o espaço rural. Para a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATUR, 2002), a certificação do turismo rural:

[...] deveria abrigar um profundo envolvimento com o afazer rurícola, com a agregação de valor aos produtos e serviços da gente do lugar, seu artesanato, o extrativismo, costumes e as tradições, guardada a permanente preocupação em preservar os valores da comunidade. Até porque autenticidade se traduz no melhor traço de consumo turístico (ABRATUR, 2002).

A autenticidade da atividade é fundamental para a sua consolidação, sendo necessário que seja desenvolvida considerando o contexto vivenciado e as particularidades de cada localidade.

A concepção de um “novo rural” no Brasil e em diferentes partes do mundo, onde se percebe uma mudança de mentalidade no espaço rural em busca de uma pluralidade de atividades e ações, traz consigo a importância da Agricultura Familiar, a qual pode e está associada ao Turismo. O Turismo na Agricultura Familiar (TRAF) é definido como aquele em que “o turista convive e se relaciona diretamente com as rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo, na prática, suas tradições, hábitos e costumes” (BLANCO, 2009, p. 349-350). O TRAF reverte-se em novas oportunidades de trabalho e renda às famílias receptoras, ativando a economia local por meio da diversificação de novas formas de trabalho.

Visto o desenvolvimento do TRAF e sua potencialidade como instrumento gerador de renda e valores, o MDA criou uma linha especial de crédito para incrementar o Turismo Rural na Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o PRONAF Turismo Rural, para implementação de projetos relacionados ao Turismo em propriedades familiares, cujo objetivo é:

promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrando aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida (PRONAF, 2010, p. 13).

No PRONAF Turismo Rural, vale destacar seus nove princípios básicos: o associativismo, considerando que esse deve estar inerente às comunidades que desenvolvem o turismo rural; a valorização dos aspectos culturais e sociais desses indivíduos, assim como dos grupos aos quais pertencem; o respeito a relação de gênero, raça, etnia, geração. Destaque também para o

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

comprometimento com a produção agropecuária de qualidade nos processos agroecológicos e a compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional.

O MDA também incentivou a criação da Rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar), definida como “uma articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores que visam o desenvolvimento do TRAF no país, objetivando o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares” (REDE TRAF, 2010).

No Estado do Paraná, entrou em vigor, em 2006, a Lei Estadual nº 15.143 sobre as definições das atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) como “todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade e produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos”. A agricultura familiar, as unidades produtivas rurais que possuam as seguintes características: possuam até 50 (cinquenta) hectares de área; desenvolvam atividades agropecuárias de subsistência; os produtores sejam os administradores diretos da propriedade (PARANÁ, 2006).

Por fim, segundo a Lei Estadual nº 15.143 o TRAF deve estar comprometido com princípios como: um turismo ambientalmente correto e socialmente justo; incentivo a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta dos produtos locais, ofertados pelo agricultor; a valorização e o resgate do artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural; contribuição com a revitalização do território rural e para o resgate e melhoria da auto-estima dos agricultores familiares; ser desenvolvido preferencialmente de forma associativa e organizada no território; ser complementar às demais atividades da unidade de produção familiar; propiciar a convivência entre os visitantes e a família rural; estimular as atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico.

Segundo Schneider e Fialho (2000, p. 35-36), o turismo rural propicia a valorização do ambiente onde é explorado por sua “capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural”.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2010, p. 05) “o turismo possibilita a valorização da agricultura familiar, uma vez que a sua cultura torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da autoestima da população”. Os benefícios sociais refletem na “dinamização da cultura” rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem e trabalharem sua identidade e autenticidade.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Nesse sentido, os autores acrescentam que a atividade pode contribuir para a reorganização social e econômica e para o consumo local de produtos agrícolas, valorizando as características da região e as qualidades diferenciadas dos produtos encontrados no mercado varejista comum. Os mesmos autores também ressaltam que a comunidade beneficia-se também das melhorias na infraestrutura, como acesso, saneamento básico, telecomunicações e recuperação de áreas degradadas.

O turismo, quando desenvolvido de forma planejada e sustentada, contribui efetivamente para o desenvolvimento de uma região e sua comunidade (NITSCHKE; SZUCHMAN, 2005, p. 03). Pode servir como impulsionador do desenvolvimento local, oferecendo novas oportunidades de emprego e renda para famílias, proporcionando um ambiente de qualidade para as pessoas. Segundo Coriolano (2009, p. 25-26) para viabilizar um desenvolvimento local deve-se criar *lócus* interativos de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum, aproximando o governo do alcance dos cidadãos. Nesse sentido é importante propor um turismo rural ordenado, planejado e sustentável, visando o desenvolvimento local e a inserção da comunidade e dos envolvidos, como agentes sociais e agentes de mudança.

Sobre a importância do planejamento turístico, Zamora *et al* (2000, p. 37) propõe o planejamento do turismo como catalisador ou protagonista do desenvolvimento econômico local, incentivando o desenvolvimento endógeno da atividade. O desenvolvimento endógeno, de iniciativa da comunidade, deve abarcar uma gestão e organização do turismo bem significativa e incisiva, pois se o fator exógeno for determinante o impacto do turismo no desenvolvimento não será tão substancial, se não depreciativo.

Visando um desenvolvimento endógeno, Coriolano (2009, p.17) defende que há um movimento de turismo alternativo, partindo dos residentes. Esse envolve lugares e pessoas excluídos do turismo formal, dos circuitos globais que buscam formas de inserção na produção de serviços alternativos, é uma prática diferenciada, voltada “à valorização da cultura e dos valores locais, pressionando sua entrada na cadeia produtiva do turismo, pelo chamado “circuito inferior” (CORIOLANO, 2009, p. 17).

Propondo a valorização da identidade cultural, geração de benefícios às comunidades receptoras e preservação do meio ambiente, utilizando-se dos recursos de forma sustentável, o Turismo de Base Comunitária combina-se aos princípios do TRAF. Segundo a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM, 2008 apud MALDONADO, 2009, p. 147).

o Turismo de Base Comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Essa prática de turismo, dita como alternativa, concentra a centralidade das suas ações focada no homem, e não no capital (CORIOLANO, 2009, p. 39). No caso brasileiro, Maldonado (2009, p. 150) relaciona os diferentes casos de turismo de base comunitária com suas lutas sociais em comum, como a conservação dos recursos naturais, a luta pela terra, a luta pelo direito à memória cultural, a luta por uma educação digna.

Todas essas lutas são visualizadas no espaço rural brasileiro e, o turismo surge, como uma ferramenta para viabilizar algumas mudanças nesses âmbitos, desde que ordenado e planejado nesse sentido, nos pilares da sustentabilidade: equilíbrio ambiental, justiça social e viabilidade econômica.

O TRAF pode se beneficiar dos princípios do turismo de base comunitária e da economia solidária. A economia solidária contribui com as experiências do turismo de base comunitária, organizando-o de forma igualitária e com uma base sólida. Num contexto nacional, procura-se por meio da economia solidária encontrar uma solução coletiva para problemas sociais, ambientais e econômicos em meio a um sistema não favorável às camadas populares.

Pode-se, portanto desenvolver ações em conjunto com o turismo, não o “turismo convencional”, mas sim uma prática de turismo alternativa. Ao Turismo, em diversas situações, permite-se ser uma alternativa de renda às comunidades de baixa renda, como no caso do meio rural, onde nos anos 2000, muitas propriedades não possuíam condições suficientes de sobrevivência apenas com a produção agrícola tradicional (SILVA, 2001, p. 42).

No contexto da economia solidária, não existe diferenciação dentro de uma associação ou cooperativa solidária, são todos iguais, independentemente dos bens que detém e de seu empreendimento. Todos que trabalham no empreendimento (ou na associação, cooperativa), detêm posses iguais, com os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. Cada membro é responsável pela gestão, participando plenamente dos resultados alcançados, sejam eles sobras ou prejuízos (CASTANHEIRA e PEREIRA, 2008, p. 117).

A economia solidária, segundo a Fundação Brasileira de Economia Solidária (FBES, 2009) tem seus princípios fundamentais pautados na cooperação, autogestão, solidariedade, democracia, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista o desenvolvimento de um projeto sustentável global e coletivo.

É de grande importância a organização social a fim de desenvolver o local, Souza (2000, p. 46) comenta que a “falta de organização social – especialmente da sociedade civil – tem se caracterizado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais”. Como potencial tem-se associações e cooperativas, de cunho social, que venham a abarcar as comunidades rurais. Blanco (2009, p. 354) conclui que o empreendedorismo rural

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

comprovadamente vem trazendo benefícios ao campo e este deve ser intensificado, sempre mantendo os princípios do cooperativismo e associativismo e a articulação entre os produtores, poder público e demais instituições locais.

O incentivo ao cooperativismo, associativismo e ao “empreendedorismo rural” é facilmente detectado nos princípios de uma “nova” forma de desenvolvimento empregada no meio rural, a agricultura orgânica pautada nos conceitos de ecologia e sustentabilidade, como por exemplo, a agroecologia.

A agroecologia, segundo Almeida (1998, p. 240-241), se apoia no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente aqueles que os atores reconhecem como estando mais próximo dos modelos camponês e indígena.

A agroecologia é entendida, com um enfoque científico, destinada a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis. Esse enfoque pode ser definido como a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais (BRASIL; MDA, 2007, p.21-22).

A agricultura alternativa surgiu em países da Europa e Estados Unidos num contexto diferenciado do brasileiro. Brandenburg (2002, p.12-13) relata a trajetória que a agroecologia tomou em diferentes localidades. Nos Estados Unidos, por exemplo, a agricultura orgânica é inserida num contexto de revalorização da pequena propriedade familiar. Na Europa, durante a década de 1970, foi defendida pelos movimentos de contracultura e de contestação à sociedade capitalista de consumo. No Brasil, embora tenha sido inspirada pelos modelos europeus, surge a partir dos anos 1970 num contexto de uma política agrária excludente, visto as políticas públicas de incentivo a modernização agrícola, as quais deixaram grande parte dos agricultores a margem dessa nova realidade no espaço rural (BRANDENBURG, 2002, p. 12). Há contestação ao modelo tecnológico e a degradação ambiental, mas também uma crítica crescente à exclusão social que começa a atingir principalmente os pequenos agricultores.

Além dessas motivações de cunho sócio-político, o desenvolvimento da agroecologia no campo é impulsionado também pelos recentes hábitos de consumo e demanda por alimentos mais saudáveis e de origem controlada. Percebida uma nova orientação dos agricultores orgânicos, impulsionados pelo mercado, Pinheiro (2004, p. 1-2) em sua tese, levanta a discussão: será que todos os agricultores orgânicos estão orientados por práticas e princípios ecológicos (e não apenas substituindo o agrotóxico por alternativas orgânicas e práticas diferenciadas)? Em saída a campo na RMC, Pinheiro constatou que em alguns casos os agricultores convencionais

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

estavam adotando práticas ecológicas como conservação do solo, proteção de nascentes, preservação de mata ciliar, áreas de reserva legal, entre outras que estavam sendo negligenciadas por muitos agricultores orgânicos, justamente os quais se supõem serem mais ecologicamente corretos.

Nesse sentido, surgiu a Rede Ecovida de Agroecologia, formada por núcleos regionais que se juntam com o interesse em uma proposta de certificação participativa de produtos orgânicos. A Rede defende o “produto ecológico, que corresponde ao de produto orgânico, porém trás embutido aspectos referentes à equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das economias locais, respeito aos ecossistemas, entre outros, que não se restringem aos aspectos técnico-produtivos”, ou seja, a simples troca do insumo químico, pelo insumo orgânico, desrespeitando todas as outras questões ecológicas (REDE ECOVIDA, 2004, p.16).

A Rede se pauta pelo incentivo à Agroecologia por seus méritos próprios e não pela existência de um mercado diferenciado. Trabalham com uma certificação participativa, com o envolvimento de agricultores e suas organizações, dos técnicos, das organizações de assessoria locais e regionais e dos consumidores. Segundo a Rede Ecovida de Agroecologia (2004, p. 09) a certificação é o resultado da confiabilidade gerada por um amplo processo que se inicia na consciência de cada produtor, em torno da necessidade de produzir sem destruir, com a natureza.

O turismo pode ser desenvolvido também, como propulsor à produção agroecológica ao divulgar e incentivar essas boas práticas, além de complementar a renda familiar. No Rio Grande do Sul, em funcionamento desde 2007, a Rota Sabores e Saberes do Vale do Caí trabalha com treze propriedades e agroindústria, tendo como base a agroecologia dentro do turismo rural. Esse trabalho com diferencial na agroecologia foi concebido pelo Fórum Regional da Agricultura Familiar do Vale do Caí, em parceria com Emater/RS – Ascar, Prefeituras dos Municípios envolvidos, ECOCITRUS, ECOMORANGO, APHEVAL e Escola Estadual Técnica São João Batista e se desenvolve em cinco municípios: Bom Princípio, Capela de Santana, Harmonia, Montenegro e Tupandi.

Tendo em vista o referencial teórico abordado, o turismo rural pode estar aliado aos princípios do TRAF, do turismo de base comunitária, da economia solidária e pode se diferenciar a partir de modos de produção agroecológicos.

2 Potencial da agroecologia para o turismo rural em Campo Magro

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

O município objeto de estudo nesse artigo, Campo Magro, apesar de possuir uma quantidade significativa de seus produtores rurais com práticas agroecológicas, não tem como foco no turismo rural a temática da agroecologia. É diversa a oferta turística do município, contudo é indiscutível a vocação do município ao turismo sustentável e preservação de suas áreas de proteção ambiental e mananciais. Detectando-se, portanto, potencialidade na integração dessas atividades (agroecologia e turismo rural) como alternativa de desenvolvimento socioeconômico e de preservação ambiental.

Dados do IBGE estimam, para o ano de 2010, 24.843 habitantes (IBGE, 2010) sendo que destes 5.296 estão vivendo no meio rural do município. Segundo Teles (2002, p. 61 apud SCOTTINI; BRAGA, 2005, p. 55) o município possui duas bacias hidrográficas: Bacia do Rio Passaúna e Bacia do Rio Açungüi. No município ainda há o Aqüífero Karst que abastece a região de Curitiba. Localiza-se, portanto, em área de mananciais, sendo protegido por rigorosas leis de proteção ambiental. O município contém ainda duas Unidades de Conservação, da categoria de Área de Proteção Ambiental (APA) e a Unidade Territorial de Planejamento de Campo Magro (UTP) que visam garantir a proteção dos afluentes do Rio Verde.

Segundo Scottini e Braga (2005, p. 60) a utilização das áreas de Campo Magro para a prática do turismo, em realidade do esporte "*offroad*", data mais de vinte e cinco anos, restringindo em um primeiro momento, a visitação em poucos equipamentos, como o Bar do Paulo e ao Bar do Canelinha, pioneiros no município e tradicionais em acolher jipeiros e motociclistas. Em 1995 o Morro da Palha foi identificado como potencial para a prática do voo livre, passando a receber um número maior de visitantes.

O município foi criado em 1997 e, no mesmo ano de sua criação, se deu por meio do Decreto-lei 001/97 a inserção do turismo no Departamento de Indústria, Comércio e Turismo. Percebe-se então uma preocupação, por parte da iniciativa pública, em orientar o turismo que crescia na localidade.

Nesse mesmo período, Nitsche (2007, p. 20) observa que alguns municípios da RMC empenharam esforços para atrair visitantes as suas propriedades agrícolas e restaurantes, a consumirem seus produtos artesanais, frequentarem suas festas locais, visitar seus atrativos assim como relacionar-se com a comunidade.

Esta oferta turística foi organizada sob a forma de roteiros turísticos, "muitos deles com temáticas ligadas às suas etnias colonizadoras, aos produtos locais ou às características do meio em que estão inseridas" (NITSCHKE, 2007, p. 20).

No período entre 1998 a 2003 vários projetos de roteiros turísticos rurais foram implantados na Região Metropolitana de Curitiba, a maioria deles com a participação das Prefeituras Municipais e unidades locais da EMATER/PR (Instituto Paranaense de Assistência

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Técnica e Extensão Rural, Paraná), seguindo a orientação de órgãos de planejamento do Estado com destaque para a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e Serviço Social Autônomo Ecoparaná (BAHL, NITSCHKE, 2011, p. 46). No caso de Campo Magro foi desenvolvido o roteiro de turismo rural “Circuito Verde que te Quero Verde”.

O nome desse roteiro remete a questão de preservação de suas áreas de mananciais, suas unidades de conservação, APAs e UTP. Embora existam muitas áreas verdes no município, o roteiro não explora especificamente seus atrativos naturais, mas sim a beleza cênica onde estão inseridos os empreendimentos envolvidos com o Circuito Verde que te Quero Verde.

A gestão do Circuito Verde que te Quero Verde está a cargo da Associação de Turismo de Campo Magro, a qual conta no ano de 2011 com vinte associados com o apoio da Prefeitura Municipal. Existem ainda outros empreendimentos que não participavam da associação no período da pesquisa.

Os empreendimentos que compõem o circuito são variados, sendo composto por restaurantes, chácaras de lazer e eventos, pesque e pagues, lanchonetes, propriedades que oferecem equipamentos para o vôo livre, propriedades de agricultura familiar, pousadas, igrejas e atrativos naturais como morros e cachoeiras (inseridos em propriedades privadas).

Percebe-se a presença de agricultores de produção familiar e agroecológica no município, mas não necessariamente envolvidos com a atividade turística. Optou-se por trabalhar esses dois grupos em função do potencial observado no município, observando que uma maior aproximação desses atores só vem a beneficiar ambos: os agricultores agroecológicos numa nova alternativa de renda e opções de escoamento da produção e aos envolvidos com o turismo com o enriquecimento do circuito e do grupo, diversificação da oferta e maior inserção da comunidade local.

Em relação aos produtores agroecológicos, o município conta com dois grupos de trabalho ligado a Rede Ecovida de Agroecologia. Nessa pesquisa, optou-se por trabalhar com integrantes do Grupo Solo Vivo de Davi, do qual um dos integrantes desenvolve a atividade turística em sua propriedade e os outros que já se envolveram com o turismo. O Grupo por meio de reuniões e visitas a campo mensalmente buscam a certificação participativa em produção agroecológica, com o envolvimento de agricultores e suas organizações, dos técnicos, das organizações de assessoria locais, regionais e dos consumidores. Discutem entre si melhores técnicas, dificuldades, problemas e soluções ambientais além de “fiscalizarem” uns aos outros, visando sempre melhores resultados e proteção ao grupo.

Conforme as entrevistas realizadas com integrantes da Associação de Turismo de Campo Magro (ATCM) e Grupo Solo Vivo de Davi, percebeu-se que a participação direta dos agricultores familiares de produção agroecológica é praticamente inexistente no circuito de turismo rural

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Verde que te Quero Verde, apenas uma propriedade de produção agroecológica desenvolve a atividade turística como atividade complementar a renda familiar.

O envolvimento indireto com a atividade turística é da mesma forma, pouco expressivo, considerando que dos agricultores entrevistados, nenhum comercializa seus produtos nos empreendimentos turísticos do circuito de turismo. Alguns deles tem como canal de distribuição o pequenos estabelecimentos como farmácias, mercados e restaurantes.

É preocupante observar tal distanciamento dos agricultores familiares da Associação de Turismo de Campo Magro num contexto em que grande parte dos entrevistados (apenas um dos entrevistados não foi integrante da ATCM) envolveu-se com a ATCM no início das atividades de fomento ao turismo no município.

Dentre as razões do afastamento da ATCM elencados pelos entrevistados, tem-se: falta de apoio da própria Associação de Turismo; ausência de respaldo da Prefeitura Municipal; difícil inserção na Associação em função do enfoque em iniciativas individuais e não coletivas; ausência de ações do turismo como uma ação coletiva; baixo retorno financeiro; grande quantidade de trabalho e estresse gerado (conflito com atividades cotidianas da propriedade agrícola) e, por fim, e mais frequente dentre as respostas, o desgaste com a ATCM e o Grupo.

Optou-se em direcionar as entrevistas aos agricultores de produção agroecológica que compunham o grupo da Rede Ecovida, exatamente para analisar em seus discursos como percebem a questão do coletivo e as atividades cooperativas. Com as entrevistas, pode-se identificar aspectos positivos sobre a participação no grupo da Rede Ecovida e a valorização do trabalho desenvolvido no coletivo, permitindo um crescimento conjunto de todos os agricultores do grupo Solo Vivo de Davi. Nas ocasiões em que essa realidade não ocorreu, houve críticas e desligamento (no caso do afastamento dos agricultores que compuseram a ATCM no passado).

Ao questionar os agricultores sobre as dificuldades percebidas de quando trabalhavam com turismo, percebeu-se que estão estritamente relacionadas com entraves citados anteriormente. Dentre as respostas foi mencionado que a grande quantidade de empreendimentos que compõem o Circuito gera uma maior competitividade para quem tem baixo poder de investimento inicial. Destacou-se a difícil inserção no grupo, a predominância de ações individualistas e o aumento expressivo de trabalho nas propriedades. Uma grande dificuldade identificada na maioria dos entrevistados é a falta de mão de obra para atender a demanda do turismo, em função principalmente das atividades acontecerem aos finais de semana.

Os projetos municipais direcionados aos agricultores, no período das entrevistas, não abordavam a temática do turismo rural, mesmo havendo um reconhecimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por meio do seu representante, sobre a potencialidade no inter-relacionamento do turismo rural e da agroecologia. Em função da restrita equipe do

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Departamento municipal de Turismo (ausência de técnico de turismo), notou-se que a possibilidade de desenvolver projetos em parceria entre as entidades (grupos e associação) e órgãos municipais era limitada. A Emater do município, nesse período, estava inoperante dentro da temática Turismo Rural, focando no acompanhamento técnico aos agricultores convencionais e acompanhamento e direcionamento das atividades frente aos grupos de Rede Ecológica de Agroecologia, não sendo comentando o turismo rural nas reuniões do Grupo Solo Vivo de Davi .

Em relação às políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar, três dos entrevistados foram contemplados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Dos sete entrevistados, quatro fazem distribuição dos seus produtos no Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA), de cunho federal e adotado pelo município, o qual consiste na venda direta de alimentos para a merenda escolar das escolas municipais de Campo Magro. De acordo com as entrevistas realizadas, os principais canais de distribuição dos produtos agroecológicos são as feiras (feira do Passeio Público em Curitiba), a compra direta e distribuição na merenda escolar (PAA).

A entrevista realizada com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente tratou de temáticas referentes à atividade agrícola. As respostas indicam que o município de Campo Magro atualmente possui infraestruturas complexas para atender a agricultura e tem um grande interesse no turismo. Neste sentido, se tem como exemplo, a Casa do Agricultor e a Unidade de Transformação, que é um local do agricultor familiar de Campo Magro, cujos objetivos é fornecer subsídios e estrutura para o beneficiamento de produtos, com acompanhamento de técnicos da Emater e vigilância sanitária. A Casa do Agricultor está localizada num ponto estratégico, na área rural de Campo Magro onde estão concentrados grande parte dos agricultores familiares do município. É o atual ponto de distribuição dos produtos que atendem o PAA. No passado possuía um espaço para comercialização dos produtos beneficiados pelos agricultores e o artesanato local (antiga Casa do Artesanato de Campo Magro). Sobre a comercialização nesse local, a representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente registra que na época os resultados não foram satisfatórios, ao contrário do que afirmam os agricultores que participaram na época. Os agricultores acreditam ser ali um ponto estratégico de comercialização nos finais de semana, quando há um fluxo significativo de turistas na região.

A distribuição da produção, a um valor justo, é uma das principais dificuldades observadas entre os agricultores que compõem o grupo. Nesse sentido, percebeu-se uma forte parceria entre eles viabilizando alternativas de distribuição dos produtos agroecológicos (por exemplo, um produtor cede espaço em sua tenda na feira para outro que não tem a oportunidade do espaço), com a troca de experiências e conhecimentos. Dos agricultores entrevistados, nenhum distribui sua produção entre os restaurantes do circuito de turismo. No entanto, identificou-se que um

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

entrevistado tem sua produção agroecológica e a atividade turística associada. Sendo assim, pode-se salientar que não existe uma cadeia produtiva (agricultores familiares e empresários do turismo em Campo Magro) de vínculo de fornecimento de produtos.

Por fim, quando questionado aos agricultores familiares sobre o interesse em retomar a atividade turística em seu empreendimento, apenas um agricultor opôs-se a proposta, afirmando que a quantidade de trabalho demandado não compensa os retornos financeiros. Todos os outros que não desenvolviam o turismo demonstraram interesses sim em retomar a atividade, desde que em condições diferenciadas e num momento futuro.

Apesar do potencial do desenvolvimento do TRAF em Campo Magro, quatro dos sete entrevistados teriam interesse em retomar (ou começar) a trabalhar com o turismo. No momento das entrevistas (2011), duas estavam atuando em outra atividade, portanto afirmaram não ter disponibilidade para retomar o turismo, a não ser no futuro, se mudasse a mentalidade do grupo envolvido. A terceira, trabalha ainda com a agroecologia, pensa no turismo para o futuro, quando tiver condições de investir financeiramente na atividade. Aqueles que possuem intenções de investir no turismo, num prazo de dois anos, são dois apicultores.

Nos resultados da presente pesquisa, cabe destacar a percepção da ausência de ações coletivas e cooperadas, no âmbito público e privado, sendo essa problemática o principal entrave para uma reaproximação efetiva da agroecologia e o desenvolvimento do turismo em Campo Magro. Pode-se detectar algumas outras questões impeditivas a um almejado desenvolvimento (coletivo) da agroecologia em Campo Magro e da mesma em relação ao turismo rural, como: o turismo em Campo Magro, diferentemente da forma como foi concebido – por iniciativa da comunidade – recebe muitos investimentos de empresários de fora do município, que deixam de lado questões da coletividade em prol do desenvolvimento individual; existem diferentes concepções sobre o que é o turismo, a qualidade dos serviços e o que é valorizado pelo público que se desloca até o meio rural. Daqueles que se desligaram da ATCM, muito se deu pelo desconhecimento do grupo da associação a cerca desses pontos elencados, gerando intrigas, desentendimentos e ausência de maleabilidade a cerca de alguns assuntos (mensalidades, por exemplo).

3 Considerações finais

Com os resultados da pesquisa foi possível constatar que o turismo rural em conjunto com outras atividades não-agrícolas desenvolvidas pela família rural tornou-se uma alternativa de renda e desenvolvimento local, apresentando motivações para a permanência do homem no

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

campo. Percebe-se uma mudança de mentalidade no espaço rural em busca de uma pluralidade de atividades e ações, abrindo espaço para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia, podendo associá-las ao turismo.

Com a estruturação do turismo em Campo Magro e o surgimento do Circuito Verde que te Quero Verde, articulado pela comunidade local, teve-se a aproximação de agricultores familiares que desejavam trabalhar o turismo como uma alternativa de renda. O afastamento desses atores aconteceu devido ao sentimento de exclusão em relação a outros empreendedores do circuito assim como a predominância de ações individuais e não coletivas, ao contrário dos princípios do associativismo. Não percebendo benefícios, alguns agricultores familiares se afastaram.

A agricultura familiar e agroecológica em Campo Magro está em um patamar diferenciado, em termos de organização coletiva e interação, em comparação com o turismo. Com a participação em reuniões, de ambos os grupos – Rede Ecovida Grupo Solo Vivo de Davi e Associação de Turismo de Campo Magro – e entrevistas individuais com agricultores familiares, constatou-se que há uma maior organização por parte dos agricultores e uma concepção diferenciada da coletividade e sua importância para o desenvolvimento individual, do grupo e da atividade que desenvolvem, no caso a agroecologia.

Pode-se verificar que os agricultores familiares agroecológicos detêm características que permeiam os princípios básicos do programa do TRAF (BRASIL, 2010, p.12), justificando sua potencialidade e norteamento para o turismo. Os envolvidos trabalham de forma orientada para a prática do associativismo, valorizam o patrimônio cultural e natural do município e de suas comunidades, estão habituados com um sistema de gestão social (visto que já participam do Núcleo da Rede Ecovida), tendo como prioridade a interação dos agricultores familiares agroecológicos e suas organizações. E ainda, possuem um comprometimento com a produção agroecológica de qualidade, compreendendo a multifuncionalidade do agricultor familiar.

Esses produtores são vistos, portanto, como potenciais ao desenvolvimento do turismo por possuírem, entre outras características analisadas, um engajamento social. Ao trabalharem a agroecologia, adotam para si o desenvolvimento sustentável, trabalhando inevitavelmente cinco pontos pautados pela Cartilha da PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável): estimular a agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos; reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; apoiar o correto manejo dos recursos naturais; incentivar a diversificação da produção; evitar o desperdício de alimento, água, energia e tempo do produtor. Além dessa característica, os agricultores entrevistados trabalham de forma ativa junto ao grupo da Rede Ecovida, percebendo a necessidade do trabalho em grupo.

Associados ao núcleo da Rede Ecovida por meio do grupo Solo Vivo de Davi, os agricultores familiares trabalham com uma certificação participativa, com o envolvimento de todos os

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

agricultores e suas organizações, dos técnicos, das organizações de assessoria locais e regionais e dos consumidores. Segundo a Rede Ecovida de Agroecologia (2004, p. 09) a certificação é o resultado da confiabilidade gerada por um amplo processo que se inicia na consciência de cada produtor, em torno da necessidade de produzir sem destruir a natureza. O produto orgânico certificado por meio de um selo, de acordo com as normas da agricultura orgânica.

O turismo pode ser desenvolvido também, como propulsor da produção agroecológica ao divulgar e incentivar essas boas práticas, além de complementar a renda familiar, como observado na Rota Sabores e Saberes do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, citado anteriormente.

Tanto o turismo rural quanto a produção agroecológica tem na base do seu desenvolvimento a sustentabilidade (social, econômica e ambiental), tendo a partir disso, inúmeras similaridades necessárias para alcançar um desenvolvimento integrado e positivo. Ambas devem trabalhar de forma articulada entre os diversos âmbitos de interesse (políticas públicas, legislação, associações, cooperativas, agentes locais de desenvolvimento, órgãos públicos, terceiro setor, entre outros); pautar suas ações a partir do bem coletivo e não priorizar ações individuais; estimular a troca de experiências, vivências e boas práticas; preocupação e cuidado com o meio ambiente e da área de influência de suas atividades; priorizar a educação e conscientização para ecologia, preservação do município e valorização da cultura; entre outros.

Por fim, há ainda um interesse por parte dos agricultores em voltar a trabalhar o turismo, já que os mesmos reconhecem a potencialidade do turismo para complementar a sua atividade agrícola principal. Nesse sentido, após a análise das entrevistas e da compilação de informações sobre a realidade de alguns dos agricultores agroecológicos, percebeu-se, em todas as entrevistas, que o TRAF é valorizado pelos atores e que há potencial para desenvolvê-lo. Entretanto, exige esclarecimentos quanto à concepção da atividade turística, associativismo e aproximação dos órgãos competentes a fim de desenvolver projetos em coletivo e com maior apoio político, viabilizando recursos públicos e melhor articulação para angariar programas governamentais federais (TRAF, PRONAF, Programa de Regionalização do Turismo, entre outros).

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIRA, J. Significados Sociais, Desafios e Potencialidades da Agroecologia. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (org). **Para Pensar: Outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p. 239-248.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL. **Turismo Rural**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=122>>. Acesso em: 20/03/2010.

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

BAHL, M. ; NITSCHKE, L. B. Roteiros e itinerários turísticos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo. In: Silvana Pirillo Ramos. (Org.). **Planejamento de roteiros turísticos**. Porto Alegre: Asterisco, 2012, v. 1, p. 37-54

BLANCO, E. S. O Turismo em Áreas de Agricultura Familiar. In: **Turismo de Base Comunitária - Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.348-355.

BRANDENBURG, A. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: BRANDENBURG, A. (org). **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Caminhos da agricultura ecológica**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Disponível em: <www.mda.gov.br/o/875076>. Acesso em: 03/11/2011.

_____. Ministério do Turismo. **Caderno de Turismo Rural – Orientações Básicas**. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 20/04/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2009.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação Coletiva no Âmbito da Economia Solidária e da Autogestão. In: **Revista Katál**. Florianópolis. v. 11 n. 1 p. 116-122 jan/jun. 2008

CORIOLOANO, L. N. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

ECOPARANÁ. **Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.ecoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>>. Acesso em: 06/05/2010.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 10/04/2010.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais**. Tese (Doutorado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Orientador: Luiz Fernando Scheibe.

IBGE. **IBGE Cidades – Campo Magro**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20/04/2010.

JOAQUIM, G. Turismo e Mundo Rural: que sustentabilidade? In: **Turismo Rural: Práticas e Perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. Pág. 35-46

MALDONADO, C. O Turismo Rural Comunitário na América Latina – gênese, características e políticas. In: **Turismo de Base Comunitária - Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.142-161.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

- NITSCHKE, B. L.; SZUCHMAN, T. **Planejamento no Turismo Rural**. In: 5º Congresso de Turismo de Piracicaba, 2005.
- NITSCHKE, L. B. O significado do turismo no roteiro 'Caminhos de Guajuvira', Araucária/PR. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- PARANÁ. DERAL; EMATER; SEAB. **Programa Paraná Agroecológico**. 2008, p.05-06
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). **Projeto Caminhadas da Natureza 2011**. Curitiba: DEAGRO, 2011.
- PINHEIRO, G. S. R. **Agricultura Familiar e Projeto Agroecológico de Vida**. Curitiba: UFPR, 2004.
- PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Caderno de Formação** – certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.
- REDE TRAF. **Rede TRAF**. Disponível em: < <http://www.redetraf.com.br/>>. Acesso em: 15/05/2010.
- SCHNEIDER S; FIALHO.M.A.V . Atividades Não Agrícolas e Turismo Rural. In: **Anais II Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria, RS: CITURDES, 2000.
- SCOTTINI, D. T.; BRAGA, P. C. **Proposta de Gestão Participativa na Região da Conceição dos Correias no Município de Campo Magro – Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.
- SIRGADO, J. R. **Espaço Turístico e Desenvolvimento no Cone Leste Paulista**. In: Turismo Rural: Práticas e Perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p. 69-100.
- TELES, M. A. **Desenvolvimento do Turismo em Áreas de Proteção Ambiental: Estudo de Caso da Unidade Territorial de Planejamento e Área de Proteção Ambiental do Município de Campo Magro, Paraná**. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area07/7596_Teles_Margarete_Araujo.pdf>. Acesso em: 05/05/2010.
- TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.
- _____. **Turismo e desenvolvimento do espaço rural: abordagens conceituais e tipologias**. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri: Manole, 2010.
- ZAMORA, D. T. et al. **El Papel de Iãs Cooperativas Agrárias no Turismo Rural da Província de Málaga**. Málaga: Gráficas Europa, 2000.
- ZIMMERMAN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J.; FROELICH, J. RIEDL, M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2001. p. 128-132.